

Servidores de S.Bernardo iniciam greve para cobrar reajuste salarial

Funcionários públicos reclamam da falta de diálogo do governo de Orlando Morando, que se nega a abrir negociações com o sindicato

ARTUR RODRIGUES
arturrodrigues@dgabc.com.br

Os servidores da Prefeitura de São Bernardo iniciaram, na manhã de ontem, greve por tempo indeterminado como forma de pressionar o governo do prefeito Orlando Morando (PSDB) a apresentar proposta de reajuste salarial. A paralisação havia sido anunciada no último dia 17, após várias tentativas do Sindserv (Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais e Autárquicos) de estabelecer uma mesa de negociação.

Cerca de 4.000 pessoas, entre servidores públicos e apoiadores, estiveram ontem nas ruas do Centro, tanto pela manhã quanto à tarde, no primeiro dia da paralisação, para demonstrar insatisfação com o tratamento que o prefeito tem dado ao funcionalismo. As manifestações se iniciaram na Praça Santa Filomena e se terminaram no Paço Municipal.

O sindicato pede reajuste salarial de 17,14% para todos os



SEM DIÁLOGO. Prefeitura quer enviar projeto de reajuste à Câmara, ao invés de negociar com os servidores

profissionais do funcionalismo público, além de reivindicar melhorias em convênios médicos e reajuste no valor do auxílio-transporte.

De acordo com o presidente do sindicato, Dinailton Cerquei-

ra, o estado de greve foi anunciado com antecedência para dar tempo para a Prefeitura negociar com os servidores. No entanto, nenhum contato foi feito por parte da gestão de Orlando Morando.

“Auxiliares de limpeza ganham R\$ 900 por mês e os professores estão com os salários abaixo do piso nacional. É um absurdo atrás do outro. Estaremos em greve até que a Prefeitura tome a decisão de abrir uma

mesa de negociação. Até lá, estaremos lutando pelos nossos direitos”, declarou Dinailton ao **Diário**.

O piso nacional do magistério para este ano, anunciado pelo governo federal em 16 de janeiro, é de R\$ 4.420,36. De acordo com o Sindserv, o salário dos professores no município está 6% abaixo do piso nacional. Com a adesão dos professores à greve, o dirigente diz que a rede municipal estará sem aulas até que os servidores e a Prefeitura cheguem a um consenso.

As outras categorias profissionais da Prefeitura também não tiveram salários reajustados de acordo com os índices da inflação. Os salários e benefícios como vale-transporte e auxílio-alimentação estão congelados desde 2017. O funcionalismo público de São Bernardo conta com aproximadamente 13 mil servidores concursados e, segundo apurou o **Diário**, cerca de 800 comissionados.

Na semana passada, quando a greve foi anunciada, a Prefeitura

emitiu nota na qual afirmava que estava em processo de avaliação com as secretarias de Finanças e Administração e Inovação para promover possível reajuste na data-base do funcionalismo (março) e culpou as dívidas deixadas pela gestão anterior, de Luiz Marinho (PT). O Paço ainda planeja enviar projeto de lei à Câmara para que o reajuste seja aprovado pelos vereadores.

“Isso é uma falta de respeito para com os funcionários públicos da nossa cidade, a força motriz do nosso município. São eles que mantêm a cidade de pé”, afirmou a vereadora Ana Nice (PT).

O presidente do sindicato informou que a greve continuará mesmo em caso de o projeto de lei ser aprovado pela Câmara.

“Não adianta o prefeito mandar um projeto de lei para a Câmara e não conversar com os servidores. Não são os vereadores que têm que decidir sobre o reajuste dos funcionários públicos”, criticou Dinailton.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3